

Nossa riqueza está na recusa à fatalidade

N 14/12/85

Both sides

Presidente Samora Machel intervindo sobre as Leis do Plano e do Orçamento

«A nossa riqueza está no facto de não aceitarmos que a pobreza é uma fatalidade», disse ontem, na 14.ª Sessão da Assembleia Popular, o Presidente Samora Machel, quando falava da Lei do Plano e Orçamento, tendo sublinhado antes disso que, «estamos pobres, mas sei também que não somos pobres». A seguir transcrevemos na íntegra a intervenção do Chefe do Estado:

Senhores deputados, Caros convidados,

Como tem sido nossa prática, estamos nesta Sessão da Assembleia Popular a analisar temas importantes da vida do País. Analisámos o balanço do Plano e Orçamento de 1985 e os projectos de Plano e Orçamento para 1986.

Mas há um aspecto que dá uma importância particular a esta sessão. Ela realiza-se no fim do décimo ano da nossa Independência Nacional. Ao fazermos o balanço da actividade económica e social em 1985, estamos em certa medida também a apreciar os frutos do nosso trabalho nos dez anos de independência.

Esta é uma responsabilidade que cada um dos deputados deve saber assumir nesta sessão. É uma responsabilidade que devemos exercer com coragem, objectividade, com sentido crítico e autocrítico. Saber pôr o dedo na ferida, saber identificar os erros e desvios cometidos e as suas causas, é fundamental para traçarmos orientações correctas, que materializem as decisões já tomadas no 4.º Congresso e respeitem a Constituição da República.

Por isso senti necessidade de, na qualidade de Deputado desta Assembleia Popular, me dirigir a este órgão supremo do poder de Estado.

Ouvimos a apresentação do balanço do cumprimento do Plano Estatal Central e de execução orçamental de 1985. Ouvimos a apresentação dos projectos de Plano Estatal Central e Orçamento Geral do Estado para 1986.

O Bureau Político do Comité Central do Partido, em sessão conjunta com a Comissão Permanente da Assembleia Popular, bem como o Conselho de Ministros, já tiveram ocasião de apreciar esses documentos.

Alcancámos sucessos, mas a situação geral em que o País se encontra é difícil. Mil novecentos e oitenta e cinco reflecte os efeitos acumulados dos anos de acção criminosa do banditismo armado, dos efeitos devastadores das calamidades naturais e das consequências, no plano interno, da grave crise económica internacional.

Mas isto não chega para explicar as dificuldades. Estas são também, em grande medida, fruto de erros e mesmo de desvios que ainda persistem. É necessário identificá-los, apontá-los, ter consciência deles para os podermos eliminar.

Quando avaliamos a nossa economia a que é que observamos?

Ao analisarmos a área da agricultura limitamo-nos a resumir que a produção agrícola empresarial diminuiu em 35% em 1985.

Dizemos que esta diminuição se deve particularmente à parte de adubos e combustíveis.

Nesta análise, não nos detemos para verificar qual a nossa acção e os seus resultados na materialização das orientações do 4.º Congresso. Ali, definimos um papel para cada um dos sectores sociais: Sector Estatal, Sector Cooperativo, Sector Privado e Sector Familiar.

Sabemos que existem capacidades ociosas, sabemos que existem reservas que podem ser deencadeadas, em particular nos sectores privado e familiar.

O Sector Familiar tem grandes potencialidades. A nossa experiência e a nossa história ensinam-nos que este sector pode desempenhar um grande papel na eliminação da fome e na produção de matérias-primas para a indústria e exportação. Mas muitos de nós, continuamos a olhar para os camponeses como uma massa amorfa e uniforme. Não vamos à realidade concreta, para determinar quais os estrangulamentos que dificultam a produção familiar.

Quais os excedentes produzidos pelas famílias camponesas e onde é que eles estão localizados?

Onde concentramos os bens de consumo para encorajar esta e aquela produção?

Quais e quantas toneladas de produtos que estão por escoar, deste ano e dos anos anteriores?

Qual a quantidade de produtos que está em risco de se perder por falta de escoamento e onde?

Que acções realizar para impedir que apodreça ou se estrague o milho, o girassol, o feijão, o caju produzidos pelas empresas e pelos camponeses.

Se fizéssemos isto seríamos capazes de detectar a tempo os problemas e muitos deles poderiam ser resolvidos. Se fizéssemos isto as metas atingidas seriam muito mais elevadas do que aquelas que agora conseguimos registar.

Continuamos amarrados ao formalismo e às análises gerais. Não vamos

aos factos porque temos pouco contacto com a realidade.

É por isso que ainda enfrentamos a situação contraditória de termos fome no nosso País, quando há milho, girassol, hortícolas que não são escoados e apodrecem.

O que é que isto significa?

Significa em última análise que não confiamos na capacidade do Povo. É por isso que não somos capazes de ir ao campo dialogar com os camponeses, de lhes programar e tarefas concretas, definir-lhes quantos hectares cada um deve produzir e quais os produtos.

As pequenas iniciativas, os pequenos projectos começam a ser uma realidade. Mas ainda não concentramos neles a capacidade coordenadora de apoio, orientação e controlo que cabem às estruturas centrais.

A nossa Constituição define claramente que a base do nosso desenvolvimento é a agricultura. O 4.º Congresso definiu os caminhos, as direcções e o método a utilizar, para materializar esta orientação básica.

Sem agricultura não há indústria. Não há desenvolvimento. Mas ainda se hesita em pegar nestas orientações e transformá-las em programas de trabalho para cada cidadão. Recusam engajar todos na produção de comida porque isso pode enriquecer alguns e transformá-los em grandes proprietários.

Esquecemo-nos que o nosso País é sobretudo um País de camponeses. Persistimos em falar da classe operária e colocamos em segundo plano a maioria da população, os camponeses.

São estas formas mecânicas de pensar e de agir que contribuem para

- ter as lojas em comida
- não termos sapatos
- não termos roupa
- não termos o nosso próprio pedaço de terra

Ao longo destes anos temos vindo a acumular uma experiência nesses. Experiência que nos indica o caminho para aumentar a produção, para matar a fome, para calçar e vestir todo o nosso povo.

Experiência moçambicana, feita de sucessos mas também de erros que temos de corrigir.

Sempre que nos dirigimos ao nosso povo explicando com clareza os objectivos correctos a atingir, a sua disponibilidade é total.

Moçambique é um País agrícola e terá de o ser durante muito tempo.



Porque a agricultura é uma riqueza renovável.

Não temos prestado a devida atenção a toda esta força que possuímos, na terra e nos produtos agrícolas. Limitamo-nos por vezes a transmitir tarefas e planos sem descermos ao detalhe, sem nos aproximarmos da terra e do camponês, sem discutirmos com ele o que vamos fazer e como vamos fazer.

Para sabermos, como vai a agricultura, não precisamos de ler longas estatísticas. Basta entrar em casa de um trabalhador e ver:

- o que ele tem no seu prato
- como está vestido
- como está calçado

Para muitos de nós, infelizmente, quando se fala de agricultura, só pensamos no milho e na mapira.

Mas um homem, uma criança, uma mulher grávida, um jovem, não poderão viver correctamente, comendo unicamente milho e mapira.

Conquistámos a nossa independência para acabarmos com a triste imagem colonial de que dando um pouco de massa e de caril, o moçambicano está bem alimentado.

Devemos trabalhar para nos alimentarmos bem.

Por isso, agricultura é produzir

- cereais (arroz, milho, trigo, mapira)
- feijão (manteiga, nhemba, jugo, ervilha, fava, grão-de-bico, soja)
- vegetais (couves, cenoura, tomate, cebola, alho, abóbora, melancia, melão, pepino, alface, beringela, pimento, pipiri, nabo)
- tubérculos (batata, batata-doce, mandioca)
- frutas (laranja, limão, manga, pêra-abacate, papaia, ananás, banana, maracujá, pérgoiaba, maçã)
- carnes (de suíno de cabrito, de ovelha, de galinha, pato, peru, de bovino)
- ovos
- leite
- algodão
- sisal
- caju
- chá
- amendoim, gergelim, girassol
- cana-de-açúcar
- mel de abelhas
- piscicultura.

Mes quem vai produzir tudo isto? Já o dissemos. Falámos longamente durante o 4.º Congresso. Falámos também no dia 25 de Junho de 1976, quando celebrámos o 1.º aniversário da Independência.

A nossa Constituição é muito clara nesta questão:

Para vencermos esta batalha, todos sem excepção, devemos produzir.

As empresas estatais que têm problemas de alimentação dos seus próprios trabalhadores, devem apoiar-se a terem as suas próprias machambas. As empresas estatais gigantes que têm problemas de gestão, devem ser redimensionadas.

criando-se várias empresas mais pequenas;

distribuindo terras a camponeses, a cooperativistas e privados;

entrando as terras aos camponeses que se encontram localizados em terras pouco férteis, com fome, tendo ao seu lado machambas abandonadas, cheias de capim e possuindo água.

Os resultados positivos obtidos particularmente em Gaza e Manica, e em outras zonas, indicam-nos que este é o caminho correcto.

Devemos generalizá-lo a todo o País.

Uma das formas para destruir os efeitos da administração colonial é eliminar a dispersão em que se encontram os camponeses distribuindo-

tram nas mãos do camponês individual.

As secas e a guerra destruíram grandes quantidades destes animais.

O único caminho a seguir para permitir uma recuperação de todo este património, é criar condições para que todos tenham direito a ter o seu próprio gado e a desenvolvê-lo. Assim teremos carne. O Estado organiza a sua compra — as feiras de gado.

Todo o cidadão tem direito, pela Constituição, a ter um pedaço de terra para cultivar

- o seu arroz
- as suas hortaliças
- a sua fruta
- o seu feijão
- o seu amendoim
- o seu milho

E alimentar:

- as suas vacas
- os seus patos
- as suas galinhas.

Todo o cidadão tem direito de:

Produzir para ele.

Produzir para a sua família e alimentar os seus filhos.

Produzir para os seus parentes e vender o excedente contribuindo para a satisfação das necessidades gerais do povo em alimentos.

Muitos cidadãos moçambicanos vivem nas grandes cidades, desempregados, sem esperança para os seus familiares e sem perspectiva de futuro. Vivem nas bichas.

Vivem fazendo biscates e, muitas vezes perdendo a sua dignidade no grande labirinto da candonga.

Os administradores de distrito, os deputados, as organizações democráticas de massas, devem organizar mobilização de todas estas pessoas para produzirem, distribuindo-lhes terras, fornecendo-lhes os meios necessários para permitir que homens e mulheres, hoje desempregados, produzam para si próprios, produzam para a sociedade.

Mas o Estado não se pode limitar unicamente a distribuir terras, instrumentos de trabalho, sementes.

Cada cidadão que possui terra deve ser obrigado a utilizá-la correctamente. Só tem direito a ter terra que a trabalhe.

Não temos vindo a realizar este princípio da forma mais correcta. Não damos tarefas concretas a cada camponês.

O Governo, seja a nível central, seja a nível provincial, no distrito ou localidade, deve exigir que cada família:

- cultive um mínimo de hectares (2, 3, 5, 10 hectares de acordo com as suas capacidades); e
- produza as culturas necessárias para se alimentar, para a exportação e vender os excedentes.

Em cada província, as empresas estatais, as privadas, as cooperativas, devem organizar-se para produzir as sementes que a província necessita. E deve-se pagar um preço que estimule esses sectores a produzirem a semente.

O algodão e o caju já foram culturas que o colonialismo utilizou para explorar o Povo moçambicano.

Hoje o algodão e o caju são armas fundamentais para a nossa independência.

De Gaza até Niassa e Cabo Delgado pode-se produzir algodão. E deve-se produzir algodão, obrigatoriamente.

Se cada família, se cada camponês produzir meio hectare de algodão, teremos pelo menos em todo o País trezentos mil hectares de algodão. A palavra de ordem para todos é:

NÃO PODE FALTAR ALGODÃO PARA AS NOSSAS FÁBRICAS DE TÊXTEIS
NÃO PODE FALTAR ALGODÃO PARA EXPORTAÇÃO

A capacidade das dezasseis fábricas de descaroçamento do algodão do nosso País é de duzentas mil toneladas por ano. Temos cerca de 14 fábricas têxteis, grandes e pequenas. Necessitam de algodão para funcionar. Isto é — estas fábricas comem. Comendo, produzem roupa.

O algodão não serve unicamente para produzir roupa. Serve também para:

- produzir os lençóis necessários para nos cobrirmos em nossas casas e aos nossos familiares doentes nos hospitais, laras, internatos, quartéis;
- e para produzir ligaduras, gaze e algodão, que tanta falta nos faz nos hospitais.

Da semente do algodão extraímos o óleo que necessitamos para cozinhar.

Do que sobra da semente do algodão, o bôgão, alimentamos o nosso gado.

Utilizamos o algodão todos os dias. Temos que produzir algodão todos os anos.

Cada deputado a todos os escalões deve transformar-se num mobilizador permanente do aumento da produção do algodão.

Não é tarefa do Estado comercializar o caju, em troca de tecidos, bicicletas, berlines, anzóis canivetes, lanternas, pulseiras, brincos, pó cultura, baton.

Comercializar caju é principalmente tarefa dos comerciantes que se encontram localizados nas zonas rurais. É a eles que cabe receber os bens de consumo necessários, comercializar a castanha de caju e transportá-la para as fábricas.

Mas também não temos sabido utilizar os comerciantes na sua total capacidade.



Senhores Deputados,

Formos aqui informados que a produção industrial diminuiu.

Porquê? Será só porque temos falta de matérias-primas?

Mas nós sabemos que muitas das matérias-primas que estamos hoje a importar podem ser produzidas no nosso País.

Temos falta de óleo e sabão. Dizem-nos que isso se deve à falta de matéria-prima. Ficamos amarrados à malfada. Será que não podemos utilizar a copra, a semente do girassol e do algodão? Será que não podemos utilizar a gordura animal, por exemplo a banha de porco?

Se procurássemos todas as alternativas poderíamos poupar dinheiro para comprar as matérias-primas que ainda não podemos produzir no nosso País.

Não temos roupa. Ficamos passivamente à espera das ofertas do exterior e da roupa de ferro que nos dão ou que compramos.

Temos grandes potencialidades de produção de algodão. Mas agora até algum tempo de importa para produzir tecidos.

E quando temos tecidos, fazemos roupa mal feita, com qualidades baixas e a preços muito altos.

Se todos ficarmos à espera da importação de algodão e de linhas quando é que seremos capazes de resolver os problemas da nudez? Nunca!

Quer dizer, continuamos à espera que as soluções dos nossos problemas venham de fora. Continuamos à espera que a capulana, a blusa, o lenço, as calças, venham de fora, quando a solução destas carências está ao nosso alcance, na mobilização

continuar a vender agulhas, gerir sapatarias, garagens, táxis...

Não esperem que o Estado faça tudo.

É a hora de cada um de nós

- funcionários
- trabalhadores das empresas estatais
- privados
- camponeses individuais
- cooperativistas
- intelectuais,

libertar a sua iniciativa, romper com o imobilismo, desenvolver a nossa Pátria independente e soberana.

ção e estímulo dos camponeses para a produção das matérias-primas.

Não há sapatos no mercado. Uma grande parte da população ainda continua a andar descalça. O que é que nos falta? Não temos fábricas de calçado?

A matéria-prima mais importante são as peles. Só a criação de gado é que pode permitir resolver o problema do abastecimento das fábricas de calçado e exportar.

Mas em muitos criou-se a ideia de que ser criador de gado é português, é ser inimigo da revolução. E por isso, durante muito tempo hesiamos em encorajar, encorajamos os cidadãos, os privados a criarem gado, a aumentarem as suas manadas. Dificultamos a comercialização do gado, compêmos muitas vezes os criadores a cooperarem. Vivem o gado.

O resultado, alçado ao banditismo, foi a diminuição das manadas. Foi a falta de carne, foi a subida dos preços, a destruição de infra-estruturas da criação de gado.

E agora temos a falta de matéria-prima nas fábricas de calçado! Não temos pele, nem para o mercado interno, nem para a exportação. Não podemos produzir sapatos, sandálias, chinélos, criteiras, malças e sacos de viagem.

Porque não dinamizámos suficientemente a criação de gado, pa alisámos também as condições de leite, de manteiga, queijo, legume.

Todos nós gostamos de tomar um bom sumo de fruta, comer uma boa conserva de fruta na época em que esta não existe, comer queijo. E compramos de massa de tomate para cozinhar. E temos fábricas que podem produzir sumos e conservas de frutas. Sumo de manga, ananás, laranja, toranja, maracujá. Conservas de ananás, lichês, conservas de tomate, feijão e outras hortícolas. A maior parte destas fábricas estão paradas.

É só por falta de matéria-prima? Qual a interligação entre estas fábricas e os produtores das matérias-primas? Qual a contribuição destas fábricas e os produtores das matérias-primas que necessitam?

Habitualmente a festejar os acontecimentos importantes da nossa vida com uma melhoria do abastecimento caseiro. Todos se sacrificam, se for necessário, para garantir em sua casa, para as festas de casamento, aniversários, nascimentos, as bebidas necessárias para festejar com alegria estas ocasiões.

Quem é que não quer ter fanta, coca-cola, soua, água tónica, limonada, cerveja laurentina, manica ou impala, para o dia 25 de Dezembro, ou para o fim do ano? Para muitos, festa de fim do ano sem refrigerantes, sem cerveja ou mesmo sem bebidas secas como «whisky», aguardente, gin, não é um fim de ano festejado, condignamente.

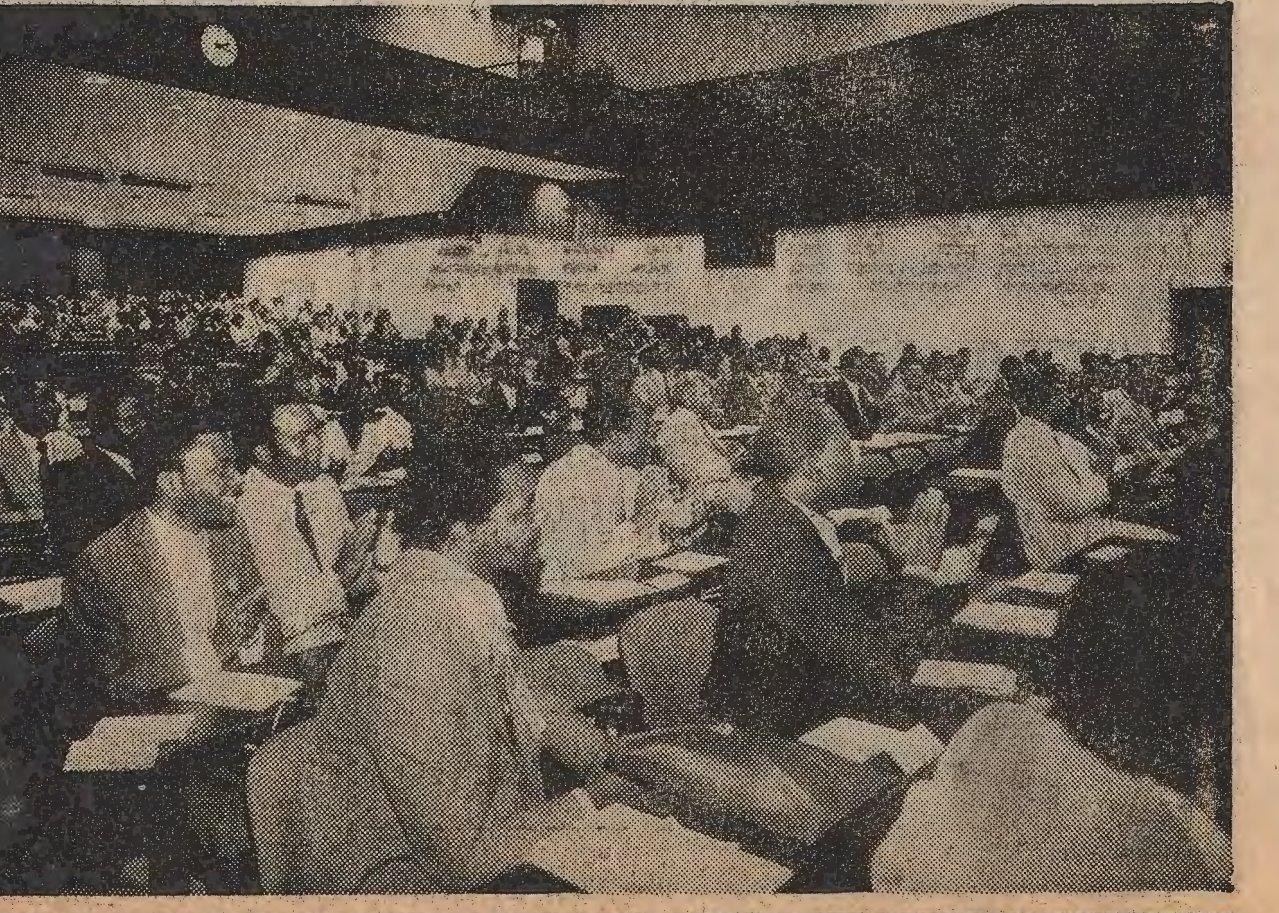
Temos fábricas para produzir uma grande gama de bebidas. Estão paradas. Tem falta de matéria-prima, tem equipamento velho. Mas pior do que isto, perdeu-se a sensibilidade para este aspecto importante que, à luz da nossa cultura, não houve sensibilidade para garantir a todo o custo para a quadra festiva que se aproxima, o abastecimento mínimo à população em cerveja e refrigerantes.

Não nos prevenimos para solução desta questão?

Quando se perde a sensibilidade de questões tão importantes como esta, é porque há um afastamento do povo. Foram ganhos pelo burocratismo ganhos pelo derrotismo, manietados pelo conformismo.

Temos malfeita, montamos em pleno período da guerra a fábrica IFLOMA.

(Continua na página seguinte)



Nossa riqueza está na recusa à fatalidade

(Continuado da página anterior)

mas as nossas fábricas de mobiliário estão paradas ou fazem mobílias inacessíveis. Quem é que é capaz de comprar uma mesa, seis cadeiras e um aparador por 200 contos?

Só os candongueiros.

Muitos de nós habituámo-nos a fazer economias para assegurar o futuro dos nossos filhos e um mínimo de conforto para a velhice.

Guardávamos dinheiro para comprar um apartamento, para pagar a prestação do empréstimo para a construção da casa. Mas hoje, não se constroem casas. A capacidade de construção de habitações é praticamente inexistente.

Mas a construção de casas passa pelo aumento da produção de materiais de construção.

Traçamos orientações para generalizarmos a produção do tijolo, telha e cal. Esta orientação ainda não foi transformada em movimento que abranja todo o País.

E mais, tomámos conta de fábricas de tijolo que agora quase não produzem ou estão paradas. Mas a matéria-prima não falta. Há argila e barro em quase todo o País.

As fábricas de cimento estão paradas, as fábricas de lusalita e zinco estão quase paradas, as fábricas de tintas não funcionam, as fábricas de torrefação, fechaduras, rede, tubos sobrevivem pagando salários sem retorno na produção.

Se não reactivamos a construção habitacional, qual a perspectiva que queremos dar aos novos casais? Quais as perspectivas que damos à velhice de cada um de nós? Para quê poupar dinheiro? Como disciplinar a gestão da economia familiar e encorajar a poupança? É preciso romper este ciclo vicioso.

É compreensível que com apenas 10 anos de independência, não tenhamos ainda quadros necessários para gerir todas as fábricas, pequenas e grandes, que estão neste momento sob gestão estatal.

Mas a responsabilidade garantir que elas funcionem, sejam devidamente geridas e produzam.

Os privados, a constituição de empresas mistas, os contratos de gestão, o aluguer, a concessão, a venda e outros mecanismos podem e devem ser utilizados neste processo de responsabilização e reabilitação da produção.

Já se tomaram algumas neste campo. Mas estas medidas devem ser alargadas para que possamos concentrar a nossa atenção nas unidades estratégicas.

Dissemos já, que os investimentos estrangeiros são úteis e necessários ao País. Dissemos já, que devemos aproveitar ao máximo, em nosso benefício, as possibilidades de desenvolvimento tecnológico e económico que o investimento estrangeiro pode trazer ao nosso País. Mas a ignorância, o chauvinismo, o carterismo e mesmo o esquerdismo, levam-nos a não executar estas orientações com prontidão.

Os estudos de projectos de investimentos, demoram meses e anos a serem concluídos. As propostas de investimentos ficam a aguardar nas gavetas a decisão sempre adiada.

Isto não é certamente fruto da exigência de rigor. Isto não é fruto da necessidade de assegurar a rentabili-

dade dos projectos. Não é somente fruto de falta de clareza sobre as diversas fases do investimento, ou fraca preparação e inadequada formalização dos estudos de viabilidade.

Muitas vezes a demora da decisão sobre os estudos e projectos de investimento é, isso sim, fruto do complexo e burocratizado processo de pareceres e análises sectoriais dos vários organismos.

É fruto da existência de vários

Comparamos carros de grande e de pequena tonelagem. É certo que necessitamos de muitos para resolver os nossos problemas de transporte. Mas se continuarmos a gerir mal a frota de transportes que temos, as carências de viaturas serão maiores e serão maiores as necessidades de sobressalentes e de assistência.

Os motoristas que causam os acidentes e a destruição não podem permanecer impunes. Os candongueiros

onde quer que ela esteja. Move-nos a certeza de um amanhã racioso e seguro.

É com orgulho que nós registamos os sucessos que o nosso povo soube construir no meio das maiores dificuldades. Temos muitos exemplos da nossa capacidade de criar, de realizar, de desenvolver o País.

São alguns exemplos disto o complexo IFLOMA, a construção de linhas de energia, a construção de estradas, a implantação da rede escolar e de saúde em todo o país, a recuperação da produção de alfaias agrícolas. E fizemos isto apesar da guerra que nos é movida desde 1976.

Com a mesma força com que nos unimos para combater o colonialismo; com a mesma força com que nos unimos para fundar o primeiro Estado independente na História de Moçambique; com a mesma força com que fomos capazes de combater a sabotagem económica nos primeiros anos da Independência e criar a arrancada da economia nacional, também hoje somos nós quem tem de corrigir os nossos próprios erros e caminhar na cadência que nos exige a recuperação da economia.

Senhores Deputados,

Assistimos nas nossas cidades: vilas e aldeias ao alastramento de fenómenos e comportamentos anti-sociais. Fenómenos que atentam contra a nossa ordem social e os nossos valores.

A candonga está generalizada. O candongueiro está presente em todos os sectores incluindo no Aparelho de Estado.

Os circuitos de candonga são hoje uma teia complexa e organizada que começa lá onde as mercadorias são produzidas. Nos circuitos de distribuição e comercialização, os produtos são desviados para venda a preços especulativos.

Hoje coexistem-se com a candonga. Há mesmo aqueles que dizem que a candonga é o salvador e estão prontos a pagar os altos preços, a exploração da candonga.

O candongueiro age impunemente porque tem a complicidade do amigo, do familiar, do polícia, do agente da Segurança, do fiscal, do funcionário do Estado e do funcionário judicial. Por isso não só é candongueiro aquele que pratica a candonga, mas também aquele cuja complicidade alimenta a candonga.

A corrupção, o suborno, o desvio de bens do Estado ou a sua destruição são frequentes. Quantas já as situações conhecidas, os casos denunciados, mas que ficaram impunes?

A investigação criminal, a instrução preparatória dos processos decorrem muitas vezes com uma morosidade deliberada, que permite o desaparecimento ou subtração de elementos valiosos de prova. Assim os processos são mandados arquivar, com o argumento de falta de matéria criminal ou insuficiência de provas.

Os processos uma vez instruídos, ficam a aguardar julgamento. Mas o julgamento não ocorre com oportunidade, mas tardiamente, e as penas aplicadas são benévolas em relação ao crime cometido. Por isso as sanções aplicadas não produzem o efeito repressivo e exemplar.

Não se combate com firmeza a candonga, a corrupção, o suborno, a sabotagem.

Criminosos e assassinos são mantidos meses, anos nas Prisões esperando julgamento. Alimentam-se contingentes de bandidos que nada produzem, mas que consomem o que produzimos para o abastecimento do

A actuação dos órgãos de Invest-

gação criminal, dos órgãos de segurança, das prisões e dos órgãos judiciais frustram neste processo os fins da legislação que elaboramos e a legítima expectativa popular de ver os criminosos julgados e severamente punidos.

É necessário maior celeridade na investigação e no julgamento dos crimes. A lei tem de ser aplicada com a severidade correspondente às infracções cometidas.

A segurança e a disciplina têm de ser instaladas nas Prisões. Os detidos a cumprir pena nas Prisões têm que realizar actividades produtivas e outras, para apoio à sua subsistência e reeducação.

As Assembleias do Povo devem controlar a actividade dos Tribunais e verificar como os juizes eleitos exercem a função judicial em que foram investidos.

A instância judicial superior do nosso País, o Tribunal Superior de Recurso, ainda não exerce a direcção efectiva do nosso sistema de Tribunais Populares. É necessário assegurar que, na sua composição e métodos de trabalho este Tribunal assumam o carácter popular do nosso sistema judicial.

O Tribunal Superior de Recurso deve desenvolver-se e adquirir maior autoridade judicial.

A Comissão Permanente da Assem-

bléia Popular estudará as alterações a introduzir no funcionamento do Tribunal Superior de Recurso, incluindo a eleição de juizes.

Entre o Ministério da Justiça, os órgãos judiciais, os Ministérios do Interior, da Segurança e Defesa Nacional e demais órgãos estatais, empresas, deve existir uma estreita colaboração e cooperação.

Esta é uma exigência para que se alicie a rapidez processual a seriedade da investigação e instrução e a justiça das sentenças.

Os cidadãos, as instituições da República Popular de Moçambique, têm o direito e a obrigação de participar em todas as fases da administração da justiça.

Senhores Deputados, Há oito anos elegemos a Assembleia Popular e demais Assembleias do Povo, no primeiro processo de eleições gerais da História do povo moçambicano. As Assembleias Locais foram reeleitas em 1980.

Eleger os órgãos representativos do poder popular em cada escalão, foi um ponto alto da edificação do nosso Estado de democracia popular.

Como concluiu o 4.º Congresso do Partido Frelimo, foi no essencial criado o nosso sistema de órgãos do Estado.

Mas, neste processo de destruição do aparelho estatal de origem colonial e de edificação do novo aparelho de Estado, há problemas sérios.

Devemos-nos interrogar sobre como tem sido exercido o poder popular.

Os deputados não estão em contacto permanente com os eleitores, com os cidadãos. Muitos não são mesmo conhecidos pelo povo e já nem mesmo se recordam por quem foram eleitos.

Os deputados não têm o seu círculo eleitoral. Não estão vinculados a trabalhar, a prestar contas perante uma empresa, uma cooperativa, uma escola, um hospital, um bairro, um conjunto concreto de eleitores.

Quando o deputado vai às sessões da Assembleia de que é membro, não tem uma missão concreta, não analisou os problemas com os eleitores.

O deputado vai à Assembleia como indivíduo isolado, como responsável, como funcionário, mas não como deputado. O deputado não vai à Assembleia para contribuir para a solução de problemas que lhe foram colocados, mas apenas, para ouvir e receber orientações.

Quer dizer: Aplicamos mecanicamente o princípio de que o deputado é mandatário de todo o povo. Não organizamos a eleição concreta do deputado com o cidadão. Ficamos na definição, no abstracto: Assim o deputado não cria raízes sólidas no seio do povo.

Resolver este problema é dar vida, à actuação dos órgãos de Invest-

é alimentar as Assembleias. Resolver este problema é fazer do deputado o melhor conselheiro do povo, aquele que é procurado pelo cidadão, aquele que encontra no povo a inspiração e a força para a realização das tarefas da comunidade.

As Assembleias ainda não reflectem pelo número de deputados e pela sua composição, a realidade demográfica e a sua distribuição no território respectivo.

Conhecemos casos de aldeias com muitos habitantes que têm menos deputados na Assembleia do Distrito ou Localidade, do que aldeias menos populosas. A cobertura do território por cada Assembleia é também muitas vezes insuficiente.

As Assembleias não se reúnem com a regularidade que é necessária à dinamização da vida local. Falta o debate franco, falta o debate directo dos problemas da população. Discutir a abertura de uma estrada, a produção e escoamento do milho, da mandioca, do amendoim, do girassol, das hortícolas é tarefa da Assembleia.

A campanha agrícola e a comercialização agrícola são tarefas centrais do trabalho dos deputados e suas comissões.

Os deputados têm de conhecer o calendário agrícola da sua zona, os Administradores, os Presidentes e membros dos Conselhos Executivos,

O inimigo age para nos tornar insensíveis aos nossos próprios problemas, aos problemas do povo.

O inimigo quer fazer do nosso instrumento de exercício do poder o seu instrumento.

Romper com esta situação é uma exigência que deve ser colocada a cada um dos deputados. O deputado não existe como deputado só dentro desta sala.

O seu mandato exerce-se permanentemente, quer no bairro, quer no seu local de residência. O deputado deve ser capaz de ultrapassar a atitude reivindicativa e alcançar uma atitude de participação activa, na procura de descoberta das soluções para os problemas que o povo, o País, os cidadãos, enfrentam.

Senhores Deputados, Caros Convidados,

Vivemos ainda aprisionados em preconceitos. Ainda somos assaltados pelo tribalismo, pelo regionalismo, pelo racismo, pela divisão.

É verdade! Temos lutado contra estas atitudes e contra os preconceitos que eles geram, mas continuamos ainda a ser vítimas da sua influência. Ainda não assumimos a grandeza do nosso País e a capacidade que já demonstramos em vencer as maiores dificuldades.



Aspecto da reunião da Assembleia Popular, vendo-se o P. S. C. e S. M. V. A., durante a sua alocução

centros de decisão sobre o investimento, funcionando na base de interesses sectoriais e relegando para segundo plano a coordenação e o interesse nacional;

é fruto da incapacidade de alguns deputados na tomada rápida de decisões;

é fruto da insensibilidade, do desleixo, da lentidão e do espírito de rotina.

Mas o que é mais grave, é que a demora na decisão sobre o investimento redonda em prejuízos que favorecem a acção desestabilizadora do inimigo.

É preciso eliminar estes males. Dar maior celeridade ao processo de decisão, imprimir maior dinamismo à implementação dos projectos e garantir um contro rigoroso da sua execução.

Senhores Deputados,

O nosso País, ocupa uma posição geo-estratégica na África Austral. O nosso País pode ser o canal, o porto para o encaminhamento de produtos, de e para mais de seis países desta zona. E por isso que os transportes em particular as vias férreas, são um dos elos preferidos dos bandidos instruídos pelos seus patrões sul-africanos.

A circulação de pessoas e mercadorias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento. Temos o privilégio de ter o mar como via que liga o País do Rovuma ao Maputo, com portos e estradas constituindo um sistema que, bem coordenado e aproveitado, poderia resolver muitos dos nossos problemas de escoamento e provisionamento de produtos. Mas ainda não fomos capazes de fazer do mar a estrada preferencial.

Transformamos os aviões em machibombos. Transformamos os aviões em meio de transporte de trouxas, mobília, comida, com se não tivéssemos as alternativas de transporte por terra e por mar.

de peças e sobressalentes não podem continuar com as mãos largas. Agarrámos oficinas e as empresas de assistência técnica, mas ainda não as sobemos transformar em unidades de luta contra a candonga de assistência técnica às viaturas.

Senhores Deputados, Senhores Convidados,

Tudo isto constitui problemas cuja solução tem de ser encontrada por nós nos locais de trabalho, nos locais de residência, em toda a parte.

A franqueza do exercício do poder, que gera a indisciplina, que gera a apatia, e que deixa passar em claro a sabotagem, é uma das causas principais desta situação. Situação de desorganização que não tem somente origem na guerra que nos é movida.

Outra das razões de fundo que não nos permite detectar os erros e os desvios, é a persistência de certas atitudes esquerdistas. Atitudes de alguns elementos que conduziram a que o Estado fosse obrigado a tomar conta de pequenas unidades de produção, diversas e dispersas.

Se não formos capazes de reconhecer isto, não seremos capazes de, com seriedade e coragem, corrigir erros e desvios.

Refiro-me com particular contumácia aos erros e problemas que enfrentamos, porque são estes erros e problemas que temos de eliminar com decisão, para progredirmos.

A nossa experiência mostra-nos que somos capazes disso se formos sérios, se formos ao fundo das questões, se sobermos analisar as questões com frieza.

Todas as possibilidades de melhoria a gestão, a produção e a disciplina nas unidades económicas devem ser exploradas.

O Socialismo, a luta contra o subdesenvolvimento exige plano, disciplina, conhecimento e poder sobre as áreas estratégicas.

Se somos capazes de falar como falamos hoje, é porque a revolução está viva e forte. Move-nos a certeza de que ultrapassaremos as dificuldades e liquidaremos o inimigo interno



Na sessão plenária, ontem de manhã, várias intervenções mereceram aplauso dos deputados. As palavras do Presidente Samora Machel foram propostas ficar como documento de estado

bleia Popular estudará as alterações a introduzir no funcionamento do Tribunal Superior de Recurso, incluindo a eleição de juizes.

Entre o Ministério da Justiça, os órgãos judiciais, os Ministérios do Interior, da Segurança e Defesa Nacional e demais órgãos estatais, empresas, deve existir uma estreita colaboração e cooperação.

Esta é uma exigência para que se alicie a rapidez processual a seriedade da investigação e instrução e a justiça das sentenças.

Os cidadãos, as instituições da República Popular de Moçambique, têm o direito e a obrigação de participar em todas as fases da administração da justiça.

Senhores Deputados,

Há oito anos elegemos a Assembleia Popular e demais Assembleias do Povo, no primeiro processo de eleições gerais da História do povo moçambicano. As Assembleias Locais foram reeleitas em 1980.

Eleger os órgãos representativos do poder popular em cada escalão, foi um ponto alto da edificação do nosso Estado de democracia popular.

Como concluiu o 4.º Congresso do Partido Frelimo, foi no essencial criado o nosso sistema de órgãos do Estado.

Mas, neste processo de destruição do aparelho estatal de origem colonial e de edificação do novo aparelho de Estado, há problemas sérios.

Devemos-nos interrogar sobre como tem sido exercido o poder popular.

Os deputados não estão em contacto permanente com os eleitores, com os cidadãos. Muitos não são mesmo conhecidos pelo povo e já nem mesmo se recordam por quem foram eleitos.

Os deputados não têm o seu círculo eleitoral. Não estão vinculados a trabalhar, a prestar contas perante uma empresa, uma cooperativa, uma escola, um hospital, um bairro, um conjunto concreto de eleitores.

Quando o deputado vai às sessões da Assembleia de que é membro, não tem uma missão concreta, não analisou os problemas com os eleitores.

O deputado vai à Assembleia como indivíduo isolado, como responsável, como funcionário, mas não como deputado. O deputado não vai à Assembleia para contribuir para a solução de problemas que lhe foram colocados, mas apenas, para ouvir e receber orientações.

Quer dizer: Aplicamos mecanicamente o princípio de que o deputado é mandatário de todo o povo. Não organizamos a eleição concreta do deputado com o cidadão. Ficamos na definição, no abstracto: Assim o deputado não cria raízes sólidas no seio do povo.

Resolver este problema é dar vida,

tem de ser os primeiros no conhecimento das principais fases e necessidades da vida económica e social do território que dirigem.

Verifica-se também uma repetição mecânica, nas províncias e nos distritos, dos métodos e organização do aparelho estatal central. Cada estrutura central ainda tem a tendência para ter a sua representação nos escalões inferiores. Assim a visão sectorial e centralizadora sobrepõe-se a visão territorial e global.

Os órgãos executivos do Estado, ainda não são chamados a prestar contas à Assembleia do respectivo escalão e raramente informam sobre a sua actividade.

A acção de controlo que a Assembleia e seus deputados deveriam exercer sobre as actividades económicas e sociais, sobre o aparelho estatal e judicial ainda não se materializa.

A acumulação generalizada de funções a todos os níveis, cria uma situação em que o controlado e o controlador são o mesmo.

A diluição da exigência e da responsabilização individual tornam-se num constante. Não se faz a avaliação do trabalho, não se valoriza a premiação ou o bom trabalho no aparelho do Estado. E há muitos trabalhadores do aparelho de Estado e das empresas que merecem ser louvados e premiados.

E às vezes não o fazemos alegando falsos motivos e falta de meios. Quando sabemos premiar quem merece ganhamos confiança, definimos o exemplo a seguir. Isto enriquece-nos.

Mas no aparelho de Estado também há funcionários que promovem a confusão, não cumprem as tarefas, violam impunemente a nossa ordem e a moral social.

Há funcionários que abusam do poder, praticam a arbitrariedade e criam os seus grupinhos. Há funcionários que impedem a denúncia e resolução de problemas. Há os que encobrem a prática de actos lesivos da nossa economia, da nossa moral, o que gera o descontentamento. Falta a estes funcionários, o mínimo de ética, de brio profissional.

A arrogância, a indisciplina e o liberalismo e a libertinagem passam a ser o seu lema.

É frequente tropeçarmos com a incompetência, entregarmos requerimentos, petições e propostas cuja resposta demora ou nunca vem.

As avaliações, concursos e promoções, na base de critérios rigorosos, não são ainda prática geral.

E os deputados coexistem com esta situação.

O inimigo tem como alvo principal da sua acção, os deputados, os funcionários do aparelho estatal e a direcção das nossas unidades económicas e sociais. O inimigo tem-vos como seu alvo.

Dizem-me, às vezes que sou demasiado optimista, muito. Exige que eu tenha consciência de que, assim os pobres, mas também sei que não somos pobres.

O nosso País não é pobre. E não é pobre pela coragem, pela paciência, pelo desejo de lutar, pela persistência dos moçambicanos. A nossa riqueza está em primeiro lugar na nossa união, na unidade e no exercício sem vergonha do nosso poder.

A nossa riqueza está no facto de não aceitarmos que a pobreza é uma fatalidade. Ela reside na convicção de que a pobreza se vence e que as armas para a vencer estão em nós. A luta armada ensinou-nos que não há perigos que não se possam vencer, quando a razão está do lado de quem os enfrenta. O optimismo resulta da certeza no futuro, da confiança no povo e da esperança que se constrói na revolução.

Mas apesar disto, ainda há quem vacile. Há quem se deixe vencer pelo pessimismo e pela dúvida. E quando alguém começa a vacilar, a duvidar, quando alguém começa a ser assaltado pelo medo, então fica vulnerável às ideias do inimigo e pode mesmo transformar-se em seu agente. Transforma-se em presa fácil das manobras.

Quer dizer: fica vulnerável ao inimigo transformado em mulher, ao inimigo transformado em garrula de whisky, ao inimigo transformado em cheque bancário e em dinheiro.

É este tipo de indivíduo que tenta em vão, adivinhar alternativas para o nosso poder; o poder que luta contra o colonialismo e conquistou a independência. Este é o poder popular. É a FRELIMO. Este é o poder que não tem medo de se manifestar à luz do dia. É o poder que recusa a divisão e que não fica enfeudado a nada, a não ser à liberdade, à justiça, ao bem-estar, ao desejo de felicidade para todos.

É por isso que dizemos que a passividade e o compromisso redundam em sabotagem.

É por isso que recusamos os "stogans", é por isso que recusamos o dogmatismo. A nossa tarefa é sabermos encontrar os caminhos que sirvam melhor os nossos objectivos de desenvolvimento, que sirvam para romper com a apatia, com o subdesenvolvimento, e a dependência. Estes caminhos não podem ser procurados fora do nosso País.

Estes caminhos só são viáveis se estiverem ancorados nas nossas necessidades concretas, na nossa cultura, no conhecimento das necessidades do povo. Estes caminhos só são viáveis se forem caminhos que o povo compreenda para se engajar na sua abertura.

A Luta Contínua Muito Obrigado.

